

CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (1978-1990)

HELOISA DE FARIA CRUZ¹



A presente comunicação objetiva indicar perspectivas, reflexões e atividades encaminhadas no interior do projeto **CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul**, que vem sendo desenvolvido sob a minha coordenação, no Centro de Documentação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (CEDIC/PUC-SP), com apoio de auxílio regular à pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

O projeto é centrado na reflexão histórica sobre o Comitê e em ações de preservação e difusão de acervos, tendo como meta a disponibilização pública do Fundo CLAMOR, que se encontra sob a guarda do CEDIC. Para além de noticiar as principais ações já desenvolvidas no interior do projeto, o texto encaminha a análise mais detida da série **Boletim Clamor** e aponta potencialidades e perspectivas de pesquisa².

Entende-se que a atual conjuntura de atuação da Comissão Nacional da Verdade e de aprovação da Lei Geral de Acesso à Informação vem reforçar a importância de projetos que visem à recuperação, à organização e à disponibilização dos arquivos referentes à atuação dos diversos órgãos e serviços de segurança nacional e repressão, bem como dos movimentos de resistência em atuação no período da ditadura civil-militar. Inserindo-se em circuitos de preservação documental mais amplos, que, em tempos recentes, buscam aproximar a preservação do patrimônio documental das experiências de grupos sociais diversos e da

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) – Auxílio Regular à Pesquisa.

² O projeto vem sendo desenvolvido sob a minha coordenação desde o segundo semestre de 2012, e conta com a participação das pesquisadoras Ana Célia Navarro de Andrade e Jan Rocha, e das bolsistas FAPESP/Treinamento Técnico Adriane Zerillo Natacci e Camila Yuriko Maturuoto.

questão da cidadania, o projeto e as ações do CEDIC buscam contribuir na atuação de algumas redes de pesquisa que têm como horizonte a afirmação do direito à memória em nossa sociedade.

O CLAMOR - Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul atuou com sede em São Paulo entre os anos de 1978 e 1991, e é reconhecido como uma das mais importantes entidades de solidariedade com refugiados, presos e perseguidos políticos das ditaduras do Cone Sul, e de informação e denúncia sobre os crimes contra os direitos humanos cometidos por essas ditaduras. Atuando na contramão da conhecida Operação CONDOR, no Brasil e na América Latina, prestou efetiva assistência aos refugiados no país, oriundos de Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

O Comitê foi criado no início de 1978, por iniciativa de um grupo de leigos cristãos preocupados em proporcionar proteção e assistência aos refugiados políticos dos países do Cone Sul não reconhecidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), vítimas de violações dos direitos humanos e vivendo no exílio em consequência das arbitrariedades do autoritarismo vigente nesses países³.

A iniciativa de criação do CLAMOR, no final dos anos de 1970, deve-se à articulação das preocupações de militantes dos movimentos de defesa dos direitos humanos no Brasil, que buscavam formas e caminhos para denunciar a conjuntura de violação dos direitos humanos vigente nos países da América Latina e para prestar solidariedade e ajuda efetiva aos refugiados políticos que procuravam apoio no Brasil. Como protagonistas iniciais da criação do Comitê, destacam-se as presenças do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh, da jornalista inglesa Jan Rocha e do Reverendo Presbiteriano Jaime Wright, o qual vivenciou a experiência de ter o seu irmão sequestrado pelos órgãos de repressão da ditadura brasileira, e que, posteriormente, também teve atuação de destaque no projeto Brasil Nunca Mais⁴. Naquele momento, com o apoio de Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo, com a “benção” da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da recém-formada

³ O histórico sobre a trajetória do Comitê é baseado principalmente nos trabalhos de Andrade (2000), Lima (2003) e Fraga (2012), referenciados no final do texto.

⁴ Projeto proposto pela advogada Eny Raimundo Moreira e outros militantes da resistência à ditadura, realizado entre 1979 e 1985, período em que uma equipe que envolveu mais de 30 pessoas, coordenadas por Dom Paulo Evaristo Arns e o Pastor Jaime Wright, clandestinamente, recolheu, estudou e sistematizou as informações contidas em 707 processos copiados do Superior Tribunal Militar. Tal sistematização, ainda hoje, constitui a principal fonte de identificação das vítimas, dos lugares de tortura, dos torturadores e das situações de prisão e tortura vividas no período da ditadura civil-militar brasileira.

Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), o CLAMOR foi criado e vinculado à Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, estabelecendo-se em uma sala localizada no prédio da Cúria Metropolitana.

No final dos anos de 1970, com as lutas pela anistia e a redemocratização no país, o Brasil vivia um momento diferenciado de alguns países do Cone Sul. Passados mais de 20 anos do golpe de 1964, o regime ditatorial paraguaiou continuava forte e fechado. No Uruguai e no Chile, “os anos de chumbo” impostos pelos golpes de 1973 mantinham situações cotidianas de perseguições, prisões, assassinatos e intensas violações de direitos humanos. A Argentina vivia o terror imposto pelo golpe militar, que, em 1976, depôs o governo de Isabel Péron, marcado por violência indiscriminada, perseguição, repressão ilegal, tortura sistemática, assassinatos, desaparecimento forçado de pessoas e manipulação da informação. No Brasil, no clima de abertura lenta e gradual da era Geisel, tornou-se possível a criação e a atuação do CLAMOR.

Partindo de uma configuração bastante enxuta, até pelo menos 1982, aos poucos, o Comitê foi ampliando tanto a sua equipe como os seus contatos com outras entidades internacionais e nacionais da mesma área. Durante os anos de 1980, agregou como membros colaboradores efetivos cerca de mais 10 militantes dos direitos humanos, contando também, para realização de diversas tarefas, com a ajuda voluntária de refugiados e de familiares de refugiados que, na época, viviam em São Paulo (FRAGA, 2012). No início dos anos de 1980, o funcionamento e a atuação efetiva do Comitê contou também com o apoio da Anistia Internacional e de entidades ligadas às igrejas protestantes, como o Conselho Mundial das Igrejas.

Articulando-se à ação de algumas outras instituições congêneres na América Latina, a importância do CLAMOR, na época, pode ser medida pelo fato de que foi a primeira organização a denunciar a existência de campos de detenção clandestinos na Argentina; foi uma das primeiras a alertar para a cooperação entre forças de segurança dos países da região no sequestro, na tortura e no desaparecimento de pessoas, mais tarde conhecida como Operação Condor; e foi a primeira a descobrir o paradeiro de algumas das crianças sequestradas e desaparecidas na Argentina. O Comitê preparou o que foi, na época, a maior lista de desaparecidos forçados na Argentina, com mais de 7.000 nomes. Depois da volta do governo civil na Argentina, em 1983, essa lista se tornou uma das principais fontes de informação para os trabalhos da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (CONADEP). O CLAMOR também organizou o primeiro Encontro de Sobreviventes de um

campo clandestino de detenção, acontecido em São Paulo, em 1985.

A documentação organizada no arquivo do CLAMOR é extremamente rica e significativa para o estudo do período e contém inúmeros registros sobre dimensões fundamentais das lutas contra o terrorismo de Estado imposto por regimes ditatoriais nos países do Cone Sul bem como registros de lutas e ações em defesa dos direitos de presos e exilados políticos. Em seu conjunto, a documentação indica caminhos e estratégias da resistência dos diversos grupos militantes contra o arbítrio e revela modos, estratégias e ações de enfrentamento da “Lei de Segurança Nacional” e seus impactos.

Consciente da importância do Fundo CLAMOR para a História recente, não só do Brasil, mas de outros países da América do Sul, o CEDIC tem investido fortemente em ações para o tratamento e a divulgação dessa documentação. Tais ações tem compreendido desde a apresentação de comunicações em encontros, congressos e seminários, nacionais e internacionais, até a promoção de exposições virtuais, assim como a elaboração de projetos para o recondicionamento do acervo com materiais de qualidade arquivística, visando à sua preservação.

Nominado no Registro Nacional do Programa Memória do Mundo da UNESCO, em 2007, e pelo Registro Regional da América Latina e Caribe pelo mesmo programa, em 2012, constituindo-se em espaço fundamental de preservação não só da memória daquelas ações de solidariedade e resistência, mas também em elemento de prova para a reivindicação de reparação e outras ações da justiça de transição, a documentação preservada nesse Fundo, ao mesmo tempo em que reforça denúncias e resistências à ditadura militar, revela, também, outros sujeitos firmando presença e reivindicando direitos, desnudando as tensões sociais geradas nas múltiplas dimensões da vida social, alargando o campo da prática política e modificando os termos em que ela se faz. Destaca-se, ainda, a integração do CEDIC como instituição parceira do Arquivo Nacional na constituição do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, em cujo Portal são encontradas informações sobre o Fundo CLAMOR.

A documentação do Fundo CLAMOR é composta por uma grande diversidade de espécies documentais tais como agendas, boletins internos, cartazes, comunicados à imprensa, correspondências, depoimentos de refugiados e de parentes e amigos de desaparecidos e presos políticos, dossiês de crianças desaparecidas, fichas de desaparecidos e de torturadores

argentinos, fotografias de desaparecidos, informes, livros, publicações periódicas e relatórios de atividades. O acervo contém milhares de cartas e documentos referentes ao período de 1978 a 1990, enviados por familiares e por membros de organizações de direitos humanos, sindicatos e igrejas dos países do Cone Sul, assim como correspondência e informes de agências das Nações Unidas, da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de embaixadas estrangeiras e entidades não governamentais de vários países de fora da América Latina. Há, também, depoimentos de sobreviventes dos campos de detenção e de ex-presos e de militares que abandonaram as Forças Armadas de seus respectivos países para denunciar os abusos que testemunharam; calendários sobre crianças desaparecidas; cópias de telegramas enviados às autoridades de vários países e da correspondência interna; e relatórios das viagens realizadas por membros do grupo⁵.

Todas as publicações trazidas a público pelo CLAMOR também estão no arquivo: coleções completas de sua principal publicação o Boletim Clamor, com suas edições em português, espanhol e inglês, cópias dos comunicados e dos *press releases* emitidos no período de atuação do comitê.

O projeto CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul, em sua totalidade, desenvolver-se-á, nos próximos dois anos, por meio de ações que visam a: localizar, reproduzir, organizar e preservar a documentação complementar ao Fundo, concernente às suas relações com outras entidades de defesa dos direitos humanos no período de sua existência; realizar ações de reformatação e descrição dos documentos em formato eletrônico e de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que preservem e ampliem o acesso do público em geral ao Fundo; e atualizar o histórico e o inventário do Fundo CLAMOR, disponibilizando-os para consulta *on-line* no site do CEDIC, facilitando o acesso inicial à informação e, por consequência, agilizando o acesso aos documentos.

Como resultados finais, o projeto propõe-se a: realizar a organização física do Fundo CLAMOR; efetuar a digitalização integral dos documentos do Fundo CLAMOR; elaborar a publicação eletrônica do Histórico do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países

⁵ Para uma visão mais completa do Fundo, consultar o inventário organizado por Andrade (2000). Atualmente, o Fundo encontra-se distribuído em 106 caixas arquivo, 28 pastas para periódicos (tamanho A3) e uma pasta para cartazes (tamanho A2), totalizando aproximadamente 14 metros lineares de documentos, armazenados no acervo do CEDIC.

do Cone Sul (CLAMOR); sistematizara publicação eletrônica do Inventário do Fundo CLAMOR no *site* do CEDIC e no Portal do Memórias Reveladas; criar um acervo virtual com a documentação das séries mais importantes do Fundo CLAMOR; e organizar uma Coleção de Depoimentos sobre o Comitê e sua atuação.

Não obstante a sua importância, e também devido ao seu estágio atual de organização, o Fundo CLAMOR foi pouco pesquisado e analisado pelos estudos sobre as ditaduras no Cone Sul e sobre a atuação das entidades de direitos humanos no período. Como indicado anteriormente, o trabalho de maior repercussão sobre o Comitê foi elaborado por Samorone Lima (“CLAMOR: a vitória de uma conspiração brasileira”), publicado em 2003. Anteriormente, destaca-se a dissertação de mestrado de Ana Célia Navarro de Andrade, intitulada “Inventário do Fundo CLAMOR: organização e descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul”, defendida na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), no ano de 2000. Mais recentemente, a monografia de Guilherme Barboza de Fraga, “A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul”, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em 2012.

Ao desenvolver ações de preservação e disponibilização pública do Fundo CLAMOR, o projeto objetiva, antes de tudo, mobilizar a pesquisa e a discussão sobre os temas propostos por este importante conjunto documental, incentivando estudos e discussões sobre práticas, espaços e redes de resistência e solidariedade às ditaduras do Cone Sul. Importa também incentivar perspectivas que, de uma visão da história recente do continente sul-americano, abordem a formação e a atuação de redes de entidades de resistência e de defesa dos direitos humanos em nossos países.

Na etapa atual do projeto, desenvolvem-se ações visando à melhor organização física do Fundo, à recomposição da rede de contato com entidades congêneres no Brasil e na América do Sul, e à pesquisa que busca a atualização do histórico de atuação do Comitê. Entre as séries documentais analisadas neste momento, está a dos **Boletim CLAMOR**, principal veículo de comunicação da entidade, publicado pelo Comitê entre os anos de 1978 e 1985. Assim, esta parte do texto procura dar maior visibilidade ao Boletim como fonte de pesquisa, assim como traçar algumas direções de reflexão sobre a trajetória de denúncia e a rede de solidariedade articulada pelo CLAMOR por meio da análise de seu principal veículo de

comunicação.

No entanto, cumpre indicar que, anteriormente, além do Boletim, o CLAMOR realizou inúmeras outras atividades públicas, entre as quais, destacam-se: conferências de imprensa, nas quais se denunciavam violações de direitos humanos; seminários de caráter internacional referentes à situação dos países do Cone Sul; campanhas diversas, como a sobre crianças desaparecidas; informes gerais sobre violação dos direitos humanos que ocorriam no Cone Sul; e também cartilhas e folhetos de caráter informativo e pedagógico sobre temas de direitos humanos.

A publicação do Boletim CLAMOR iniciou-se em junho de 1978, e, até abril de 1985, foram lançados 17 números regulares e uma edição especial⁶. Em seu primeiro número, em uma configuração modesta, formato ofício e quatro páginas grampeadas, trazia, em sua primeira página/capa, a imagem que marcaria a atuação do Comitê – uma chama de vela acesa que brilha através das grades de uma prisão⁷. Em seu editorial/apresentação, o veículo anunciava que:

*Com o presente damos início às atividades do Comitê dos Direitos Humanos do Cone Sul – órgão vinculado à Comissão Arquidiocesana de Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo [...] (que tem como objetivo) a defesa dos direitos humanos na América Latina, especialmente nos países do Cone Sul*⁸.

Ainda nessa pequena apresentação, assumindo o lugar de sua fala no campo de resistência que então se definia, por meio do Boletim, os seus idealizadores indicaram que o CLAMOR atuaria em uma perspectiva cristã, ecumênica, sem filiação partidária e com objetivos humanitários. Esse primeiro número, lançado às vésperas da Copa de 1978 na Argentina, foi totalmente dedicado a denúncias das graves violações de direitos humanos naquele país. Dada a situação grave da repressão no país e a perspectiva da grande visibilidade internacional do

⁶ A série Boletim CLAMOR é composta pelos seguintes itens: no ano de 1978, foram publicados quatro Boletins, sendo o número 1 em junho, o número 2 em julho, o número 3 em outubro e o número 4 em dezembro; em 1979, foram publicados cinco números, sendo o número 5 em maio, o número 6 em agosto, o número 7 em setembro, o número 8 em dezembro, e uma edição especial lançada em agosto, com um relatório sobre mulheres desaparecidas, preparado pela *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos* de Buenos Aires; no ano de 1980, foram quatro números, sendo o número 9 em março, o número 10 em agosto, e os números 11 e 12 em setembro; no ano de 1981, dois números, sendo o número 13 em março e o número 14 em dezembro; em 1982, não houve publicação; em 1983, apenas o número 15 em dezembro; em 1984, apenas o número 16 em novembro; e, finalmente, em 1985, o número 17 em abril. O CEDIC possui os Boletins nas suas três edições, português, espanhol e inglês.

⁷ A criação dessa imagem é atribuída ao então preso político Manoel Cirilo de Oliveira Neto, liberado posteriormente, em 1979.

⁸ Cf. Boletim CLAMOR, n.1, jun. 1978, p. 1.

evento e a presença de uma multidão de correspondentes estrangeiros, aquela era a oportunidade ideal para repercutir as denúncias. Conforme depoimento de Jaime Wright a Samarone Lima (2003, p. 64), “uma das coisas que agente discutiu na época foi como aproveitar a Copa para denunciar o que estava acontecendo na Argentina”.

No período de sua existência, o Boletim veio a público buscando divulgar e dar a maior repercussão possível às denúncias colhidas no contato com os refugiados e familiares de desaparecidos para o maior número possível de pessoas e instituições. Para cumprir os seus objetivos, o Boletim foi editado em três línguas: português (voltado aos brasileiros e à imprensa nacional), espanhol (direcionado às entidades de direitos humanos latino-americanas, familiares e amigos dos refugiados) e inglês (para as entidades europeias e da América do Norte). Nas edições seguintes, a publicação mudou de formato, assumindo a configuração B4, mais característica dos boletins/livretos editados no período pela imprensa dos movimentos, e expandiu o seu número de páginas para uma média de 20, chegando, em números especiais, a ser publicado com mais de 40 páginas. Não havia assinaturas, a distribuição era gratuita e todas as edições do Boletim e de outras publicações, bem como as atividades do grupo, foram financiadas por organismos internacionais, como o Conselho Mundial de Igrejas, a Anistia Internacional e o Banco Mundial.

Na primeira edição, o Boletim teve uma tiragem total de 1.500 exemplares, 500 em cada língua; em edições posteriores, chegou a editar mais de 2.000 exemplares, divididos entre os três idiomas. As informações sobre a distribuição do Boletim é um forte indicativo da importante rede de entidades no interior da qual o Comitê se articulou. Segundo indicações de Andrade (2000), os primeiros números do Boletim foram enviados a 22 estados brasileiros, 23 outros países do continente americano e 25 países da Europa e demais continentes. O próprio Boletim, no editorial do terceiro número, indicava que “o CLAMOR está sendo enviado a centenas de organizações e indivíduos na América Latina, América do Norte e Europa”⁹.

Sua fase mais dinâmica ocorreu nos quatro primeiros anos de sua existência, entre 1978 e 1981. Sem uma periodicidade regular, com edições mais frequentes nos quatro anos iniciais, o levantamento sobre números e datas de publicação do Boletim indicam que, pelo menos nesta fase inicial, a proposta era a de manter uma edição bimestral ou, no mínimo, trimestral. Sua não publicação em 1982 e o fato de que entre 1983 e 1985, o Boletim só veio a público uma

⁹Cf. Boletim CLAMOR, n. 3, out. 1978, p. 2.

vez por ano, indica dificuldades em sua equipe de edição. Vale dizer, também, que, no decorrer de sua publicação, alguns números tiveram dossiês especiais, com conteúdos voltados para cada um dos países que se encontravam sob a atenção do Comitê. Assim como o primeiro número foi dedicado à Argentina, editaram-se números especiais referentes ao Paraguai (7), ao Uruguai (10), à Bolívia (11) e ao Chile (13).

Importante indicar que a edição do Boletim era realizada por um grupo pequeno, que segundo informações da jornalista Jan Rocha, uma das fundadoras do Comitê e editora de todos os números da publicação, era composta principalmente por ela e por Jaime Wright, “que tinha participação ativa na redação de muitas matérias sobre temas mais gerais e na rodagem e impressão do Boletim”. Fora o trabalho dos dois, a feitura do Boletim, em suas 3 edições, também contava com a colaboração voluntária e intermitente de outros militantes e refugiados.¹⁰ Segundo informações de sua editora uma das dificuldades da feitura de cada número era o da publicação simultânea das edições em português, espanhol e inglês, ainda mais que chegavam ao comitê denúncias e informações redigidas nos três idiomas. Assim, primeiro era preciso padronizar e organizar a edição em português e depois traduzir todo o conteúdo para o espanhol e o inglês, só então o Boletim podia ser distribuído. Mas esta era também uma das grandes armas da publicação. Devido principalmente aos contatos anteriores mantidos Jan Rocha e Jaime Wright com países da Europa e da América do Norte, desde seu primeiro número, as denúncias do boletim chegavam rápida e simultaneamente nas mãos certas nos três continentes.¹¹

Na sua fase mais dinâmica, e que aponta uma atuação mais efervescente da entidade, entre os anos de 1978 e 1981, o Boletim assumiu como centro de seus conteúdos a veiculação de denúncias e a sua rápida divulgação. Em estilo, já começava a se definir nas

¹⁰No decorrer de 1982, Jan Rocha, grávida de seu primeiro filho, não teve condições de tocar o trabalho de edição do Boletim. Informações fornecidas por Jan Rocha em conversa sobre o Boletim realizada no CEDICem 12/04/2013.

¹¹Nascida na Inglaterra, a jornalista Jan Rocha mora vivendo em São Paulo desde 1969, foi correspondente da BBC (radio) e do jornal The Guardian e fundou a ACE, associação dos correspondentes estrangeiros em 1977. Jaime Wright, paranaense, nasceu em Curitiba, estudou na Universidade de Arkansas e fez Pós-Graduação na Pensilvânia; pastor presbiteriano, manteve contato assíduo com o movimento ecumênico nas Américas e com o Conselho Mundial de Igrejas.

quatro páginas de seu primeiro número, divulgando denúncias redigidas de forma clara e objetiva sobre graves violações de direitos humanos na Argentina, o Boletim dava mostras de suas estratégias de edição características destafase.

No primeiro número, além de denúncias específicas sobre prisões e desaparecimentos de militantes argentinos, a publicação trouxe matérias mais gerais com denúncias sobre a atuação da repressão. As matérias de denúncias de situações de perseguição, prisão ou desaparecimento de pessoas, mesmo que, por vezes, assumissem quase o formato de pequenas notas, eram precisas, convincentes e comoventes em seus resultados. Para cada vítima identificada, procurava-se recompor a trajetória e o perfil humano, e, além das informações sobre nome, profissão e atuação profissional e política, buscava-se recompor e denunciar as circunstâncias da prisão e outras violações, indicar autoridades envolvidas ou que se omitiram, bem como, quando possível, identificar a fonte das informações. Como exemplo de temas mais gerais, ainda neste primeiro número, destaca-se uma importante matéria publicada sob o título “O Clamor dos campos de concentração”, de denúncia sobre a existência e o funcionamento de aproximadamente 60 campos de concentração na Argentina. Indicando a fonte de sistematização das informações, os informes de exilados no Brasil identificavam e nomeavam os principais locais de funcionamento dos campos e, a seguir, por meio de trechos de depoimentos, recompunham as terríveis e degradantes condições de acomodação, alimentação e higiene a que neles eram submetidos os presos, denunciando a prática, nesses locais, de eliminação clandestina e sistemática de presos¹².

Nos números seguintes, pequenos intertítulos, tais como “Mãe denuncia desaparecimento de filha”, “Avó clama por seu neto desconhecido”, “Crianças desaparecidas no Uruguai” e “Brasileiro preso na Argentina”, deram sequência a esse compromisso de denunciar o quanto antes as prisões, os desaparecimentos e as arbitrariedades diversas ocorridas nesses países. Sem dúvida, foram essas notas denunciando as arbitrariedades e as situações vividas por pessoas de diferentes grupos sociais, idades, sexo e profissão, bem como o relato da situação de violência degradante e dos dramas vividos por elas, suas famílias e amigos, que conferiram o tom extremamente humano e comovente do Boletim. Por outro lado, a objetividade na organização da informação, a identificação precisa, sempre que possível, das pessoas, locais e, principalmente, das fontes de informação utilizada na redação das notícias conferiam grande

¹²Cf. Boletim CLAMOR, n. 1, jun. 1978, p. 2.

credibilidade às inúmeras denúncias publicadas a cada número do Boletim . Títulos como “Uruguai: de Estado de Bem-Estar ao Estado do Terror”, sobre as transformações da vida uruguaia e a implantação do terrorismo de Estado no país vizinho, e “As crianças: as vítimas inocentes do terror”, que, em seu interior, trazia uma lista de 17 crianças e 22 adolescentes sequestrados, identificando nomes, idade em que foram sequestradas, filiação e condições em que os sequestros ocorreram, sinalizavam matérias de denúncias, nas quais as informações eram sistematizadas e ampliaram as denúncias.

Além da intensa veiculação de denúncias, há de se destacar a publicação de manifestos, petições, abaixo-assinados de entidades e de pessoas em prol da defesa das vítimas e por garantias de vida e de direitos nesses países; de materiais de campanhas; de documentos dos movimentos de direitos humanos; e de artigos sobre a atuação da Igreja nessa área. Nesses números, as matérias eram entremeadas pela publicação, em pequenos boxes, de artigos da Declaração de Direitos Humanos ou outras palavras de ordem contra a Lei de Segurança Nacional. Destaque-se que, embora o Boletim trouxesse notícias dos vários países, a situação da Argentina foi a que ganhou maior espaço na coleção composta pelos 17 números.

Esta primeira fase do Boletim constitui material fundamental para todos os pesquisadores voltados para o estudo dos regimes ditatoriais nos países Cone Sul. No conjunto dos Boletins, é possível acompanhar dimensões da repressão e do terror vivido naqueles anos, como as atrocidades vividas nos campos de prisioneiros, a escalada quanto ao desaparecimento de pessoas, o sequestro de crianças e adolescentes e as denúncias sobre a atuação coordenada das forças de repressão nos países do Cone Sul. Esses materiais também propõem uma reflexão estimulante sobre as redes de militância e solidariedade que se formaram frente à pressão extrema vivida pelos movimentos nesse momento histórico. Firmando-se como espaço de intercâmbio com entidades congêneres para estabelecer uma rede de solidariedade em prol das vítimas da opressão militar, o Boletim indica um movimento intenso de recebimento de cartas, depoimentos e contribuições diversas de entidades e pessoas de várias partes do mundo e que se unem nessa militância. Para além das dimensões políticas explícitas desses processos históricos, a publicação recorrente de cartas, depoimentos e manifestações diversas de pessoas atingidas pela repressão possibilitam refletir sobre as dimensões humanas, afetivas, emocionais e morais daquelas lutas. Dando visibilidade a sujeitos coletivos e pessoas que se articularam naquela militância, propõe

estudos sobre os caminhos e as estratégias de resistência na luta contra o arbítrio das ditaduras sul-americanas.

Outro tema que emerge da coleção diz respeito à articulação dos movimentos sindicais e de trabalhadores aos movimentos de defesa dos direitos humanos e de resistência às ditaduras nesses países. Nessa direção, é interessante apontar que, a partir do número cinco, o Boletim também passou a dar ênfase à presença operária e dos movimentos sindicais entre aqueles que sofriam com a repressão e que deviam se organizar em uma resistência voltada para a defesa dos líderes sindicais e das organizações de trabalhadores. Tal ênfase acentuou-se com a publicação no número 14, em dezembro de 1981, do dossiê “Os regimes militares e os sindicatos no Cone Sul”, inteiramente dedicado à questão sindical.

Após mais de um ano sem vir a público, o Boletim de número 15, distribuído em dezembro de 1983, indicou uma retomada da publicação. Nele, além de reconstituir o histórico da atuação do Comitê que então completava cinco anos de existência, já se anunciavam as possibilidades e o horizonte político de novos tempos, com o desenvolvimento das lutas democráticas em vários países do Cone Sul. Naquela que aqui estamos identificando como sua segunda fase, o Boletim agrega aos temas sobre a repressão e as ditaduras os desafios de tempos de transição. Como indicado anteriormente, em sua edição número quinze, o Comitê já anunciava sua avaliação sobre a nova conjuntura, indicando a possibilidade de novos tempos com relação aos contextos de repressão em diversos países. Nesta fase, na qual só editou um número a cada ano, apesar de ainda conter denúncias sobre prisões e outras situações de violações de direitos humanos, a publicação empenhou-se muito mais na mobilização para a discussão sobre o período de transição e sobre as tarefas colocadas para os movimentos de defesa dos direitos humanos nessa nova conjuntura. Assim, o editorial do Boletim 16 trouxe um texto mais longo sobre a conjuntura de transição, indicando os avanços no processo na Argentina de Alfonsín e das lutas de resistência por mudanças no Uruguai e no Chile. Nessa situação, a avaliação do Comitê era a de que:

[...] tudo isso nos obriga a refletir sobre os rumos dos nossos trabalhos, a acompanhar essa fase de transição sem abandonar a luta pelo respeito aos direitos humanos, com intransigência firmeza. Enfim, a dirigir nossas tarefas para a reconstrução da democracia em nossos países, sempre na perspectiva de denunciar as atrocidades perpetradas para que elas nunca mais voltem a se repetir no futuro. Tudo isso será feito, tendo como base os laços de solidariedade que o sofrimento comum nos obrigou a estabelecer ao longo desses anos repressivos¹³.

¹³Cf. Boletim CLAMOR, n. 16, nov. 1984, p. 2.

Indicando a afirmação desse caminho, o último número, publicado em abril de 1985, foi dedicado exclusivamente à difusão das resoluções do seminário que discutiu o papel das entidades de direitos humanos naquela conjuntura política, social e econômica dos países do Cone Sul, organizado em São Paulo pelo Comitê, com a presença de entidades brasileiras e latino-americanas próximas ao CLAMOR. Esses últimos Boletins, dando visibilidade a novas questões colocadas pela conjuntura de transição e de lutas pela redemocratização, trouxeram questões interessantes sobre os novos desafios enfrentados pelos movimentos de defesa dos direitos humanos no continente. E, neles, via documentos e análise dos materiais diversos de discussão sobre o tema, é possível refletir sobre as propostas então emergentes no interior desses movimentos de criação de uma cultura de direitos humanos em nossos países.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ana Célia Navarro. **Descrição do Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul - CLAMOR**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

CARRARA, Sergio. Do direito de saber: o acesso à informação privada nos arquivos da ditadura militar brasileira. **ACERVO: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 195-204, 2011.

COOK, Michael. Liberdade de informação: influência sobre a prática profissional em gestão de arquivos. **ACERVO: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 245-256, 2011.

CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. **Projeto História (PUC-SP)**, São Paulo, v.1, n.40, p. 423-445, 2010.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH/SMC, 1992.

FICO, Carlos. **Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FRAGA, Guilherme Barbosa de. **A solidariedade não tem fronteiras: o grupo Clamor e a rede de direitos humanos na resistência às ditaduras do Cone Sul**. 2012. Monografia –

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

HARRIS, Verne. The archival sliver: power, memory and archives in South America. **Archival Science**, v. 2, n. 1-2, p. 62-80, 2002.

KHOURY, Yara Aun (Coord.). **Guia da Central de Documentação e Informação Científica “Prof. Casemiro dos Reis Filho” - CEDIC**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1995. (Coleção Memória, Documentação e Pesquisa, 3).

LIMA, Samarone. **CLAMOR**: a vitória de uma conspiração brasileira. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

QUADRAT, Samanta Viz. O direito à identidade: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. **História**, São Paulo, v. 22, p. 167-181, 2003.

SANTOS, Boaventura; ABRÃO, Paulo (Org.). **Repressão e memória política no contexto ibero-americano**. Brasília: Comissão da Anistia/Coimbra:Centro de Estudos Sociais, 2010.